



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

FLAVIO TOASSI CRISPIM

À BEIRA DO ABISMO:
contribuições pós-coloniais para o campo epistêmico do jornalismo

MONOGRAFIA
do Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais*
ministrada pela Prof^ª. Gislene Silva
no primeiro semestre de 2015
Orientador: Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim

Florianópolis
Julho de 2015

FLAVIO TOASSI CRISPIM

**À BEIRA DO ABISMO:
contribuições pós-coloniais para o campo epistêmico do jornalismo**

MONOGRAFIA do Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo apresentado à disciplina de Projetos Experimentais ministrada pela Prof^a. Gislene Silva no primeiro semestre de 2015.
Orientador: Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim.

**Florianópolis
Julho de 2015**

FICHA DO TCC	Trabalho de Conclusão de Curso - JORNALISMO UFSC		
ANO	2015.1		
ALUNO	Flavio Toassi Crispim		
TÍTULO	À beira do abismo: contribuições pós-coloniais para o campo epistêmico do jornalismo		
ORIENTADOR	Jorge Kanehide Ijuim		
MÍDIA		Impresso	
		Rádio	
		TV/Vídeo	
		Foto	
		Website	
		Multimídia	
CATEGORIA	x	Pesquisa Científica	
		Produto Comunicacional	
		Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
		Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
		Reportagem livro-reportagem ()	() Florianópolis () Brasil () Santa Catarina () Internacional () Região Sul País: _____
ÁREAS	Jornalismo, Epistemologia, Estudos Pós-coloniais.		
RESUMO	<p>Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma monografia, estabelece conexões entre os estudos pós-coloniais e o jornalismo, entendido como forma social de conhecimento. Parte-se do pressuposto de que a perspectiva positivista e cartesiana de modernidade promoveu, em certa medida, o imperialismo sobre as comunidades colonizadas não somente no campo político-social, mas também no campo da produção do conhecimento. A partir disso, propomos que o jornalismo pode contribuir para o processo de desnaturalização das diferenças, oferecendo ferramentas que visam construir espaços politicamente engajados e que possibilitem a superação de opressões historicamente enraizadas. Esta monografia tem como objetivo identificar contribuições dos estudos pós-coloniais para o campo epistêmico do jornalismo, tendo em vista que existem formas de produção de conhecimento complexa e dialeticamente diversas.</p>		

“Se só vivemos o presente, não se compreende que seja tão passageiro”.

Boaventura de Sousa Santos

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma monografia, estabelece conexões entre os estudos pós-coloniais e o jornalismo, entendido como forma social de conhecimento. Parte-se do pressuposto de que a perspectiva positivista e cartesiana de modernidade promoveu, em certa medida, o imperialismo sobre as comunidades colonizadas não somente no campo político-social, mas também no campo da produção do conhecimento. A partir disso, propomos que o jornalismo pode contribuir para o processo de desnaturalização das diferenças, oferecendo ferramentas que visam construir espaços politicamente engajados e que possibilitem a superação de opressões historicamente enraizadas. Esta monografia tem como objetivo identificar contribuições dos estudos pós-coloniais para o campo epistêmico do jornalismo, tendo em vista que existem formas de produção de conhecimento complexa e dialeticamente diversas.

Palavras-chave: Jornalismo, Epistemologia, Estudos Pós-coloniais.

ABSTRACT

This monograph establishes connexions between post-colonial studies and journalism, understood here as a knowledge-acquisition form based on social relations. By the presupposition that the positive and Cartesian perspectives have promoted, in a certain way, the imperialism over colonial communities, not only on the social-political field, but also on the knowledge production field, we propose that journalism can contribute to differences denaturalization processes. In addition, it provides tools that aim to build politically engaged spaces that enable historically rooted oppressions to be overcome. This monograph's objective is to identify contributions from post-colonial studies to journalism epistemic field, owing to the process of knowledge production, which is complex and dialectically diversified.

Keywords: Journalism, Epistemology, Post-colonial Studies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PÓS-COLONIALISMO: ORIGENS E DESDOBRAMENTOS TEÓRICO- CONCEITUAIS	19
1.1 A crise dos paradigmas.....	22
1.2 Superando a lógica binária	26
2 O JORNALISMO COMO FORMA SOCIAL DE CONHECIMENTO.....	29
2.1 O paradigma científico e o método jornalístico.....	31
2.2 Jornalismo, ideologia e epistemologia.....	35
3 SERIA POSSÍVEL UM JORNALISMO DESCOLONIZADO?	38
3.1 Construções discursivas e desnaturalização de hegemonias	40
3.2 Argumentação social e política: a imprensa como ferramenta de emancipação	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

O jornalismo atual tem encarado verdadeiras mudanças. As notícias sobre economia e política têm dado lugar à cobertura de assuntos mais vendáveis, cujo objetivo é a maximização do público, e a informação jornalística tem se tornado, na realidade, uma mercadoria – ao invés de buscar lograr resultados entre os processos vividos pelas complexas sociedades contemporâneas.

Além disso, a arte de “fazer jornalismo” tem enfrentado verdadeiras disputas político-ideológicas promovidas por atores que buscam paralelamente legitimidade e voz públicas, interna e externamente ao campo da imprensa. Mesmo com um rápido olhar nos jornais diários, é possível encontrar situações que, apesar dos avanços e benefícios proporcionados pela ciência moderna e pelo desenvolvimento do capitalismo avançado, ainda desafiam a todos e merecem ser superados, como as questões relacionadas à fome, ao racismo, ao preconceito, à desigualdade, à violência, entre outras. Em linhas gerais, são poucos os casos, contudo, de veículos de imprensa que têm apreendido tais questões segundo parâmetros que busquem superar a lógica opressiva e que possam proporcionar alternativas de desnaturalização das hegemonias.

Levando-se em conta que tais desafios se estabelecem como impasses de matriz social, cada opressão tende a carregar consigo epistemologias e entendimentos de mundo particularmente distintos. Por conta disso, abordarmos o conceito apresentado por Santos e Meneses, que afirmam:

Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais (SANTOS; MENESES, 2010 p. 15).

A partir dessa perspectiva, e de maneira contextual, entende-se que os pressupostos que sustentam os principais conflitos da atualidade, em linhas gerais, constituíram-se na Europa, ao longo do século XIX, sob os fundamentos científicos modernos, que seguiam os postulados de Augusto Comte e René Descartes. Leva-se em consideração, também, que esta forma de pensamento é fruto de tensões entre os ideais Iluministas e as aspirações burguesas, em curso à época na sociedade europeia ocidental. Nesse contexto, denota-se que a influência dessa forma de pensamento estruturalizante e objetivo foi tamanha, que seus desdobramentos podem ser percebidos até hoje nas mais diversas áreas. Além disso, essa concepção opera, segundo Santos (2010), em uma forma de compreensão que é ao mesmo tempo dual e excludente. O autor

exemplifica que essa dupla relação “consiste na concessão à ciência moderna o monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento dos demais conhecimentos alternativos [...]” (SANTOS, 2010, p. 33). Nesse sentido, o caráter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não-científicas de verdade.

Na intervenção política que o positivismo anuncia, há de se organizar não só o campo das ideias, mas os costumes e as instituições sob os ditames da ordem e do progresso. Este último, fruto da sistematização da moral humana, constituirá uma dogmática teoria da humanidade. [...] Estava selado, no fim do século XIX, o estatuto das ciências numa estrutura piramidal que até hoje aflige os epistemólogos do saber plural (MEDINA, 2008, p. 21).

No decorrer do século XX, contudo, houve críticas, por parte dos teóricos pós-modernistas, ao campo científico e às teorias desenvolvidas até então. Tal crítica baseou-se na desconstrução dos enunciados discursivos, com o objetivo de “[...] pôr a nu o não-dito por trás do que foi dito, buscar o silenciado (reprimido) sob o que foi falado” (SANTOS, 2004, p. 71). Mesmo assim, ao enfatizarmos, nesta monografia, a “contracorrente” da história europeia não significa que não reconheçamos suas conquistas científicas, artísticas e políticas. Em decorrência dessa desestabilização dos conceitos normativos oriundos do século XIX, a perspectiva que seguimos, contudo, se estabelece a partir do campo dos Estudos Culturais, desenvolvidos no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS) da Universidade de Birmingham, no Reino Unido, seguindo uma tradição teórica crítica originada pelos intelectuais da Escola de Frankfurt. Dentre os principais autores que iniciaram essa nova área de estudos, em meados dos anos 1960, destacaram-se Richard Hoggart, Raymond Williams, E. P. Thompson e, mais tarde, Stuart Hall.

De acordo com Escosteguy (2001, p. 152), para os acadêmicos de Birmingham, na esfera da pesquisa sobre os bens culturais e sobre os meios de comunicação, “o foco de atenção recaí sobre materiais culturais, antes desprezados, da cultura popular e dos meios de comunicação de massa, através de metodologia qualitativa”. A autora explica que o novo campo de estudos buscou ampliar o conceito de cultura para que fossem incluídos dois temas adicionais:

Primeiro: a cultura não é uma entidade monolítica ou homogênea, mas, ao contrário, manifesta-se de maneira diferenciada em qualquer formação social ou época histórica. Segundo: a cultura não significa simplesmente sabedoria recebida ou experiência passiva, mas um grande número de intervenções ativas – expressas mais notavelmente através do discurso e da representação – que podem tanto mudar a história quanto transmitir o passado (AGGER, 1992 *apud* ESCOSTEGUY, 2001, p. 154)

A partir de conceitos como os explicitados, foram desenvolvidas as teorias emancipacionistas pós-coloniais, das quais se destacam autores como Edward Said (2011), Homi Bhabha (2001), entre outros. Na América Latina, um conjunto de acadêmicos de diferentes nacionalidades vem trabalhando no interior desta ordem de ideias aproximadamente desde meados da década de 1970. Suas propostas partem da premissa de que as formas de dominação e as relações de poder não podem ser analisadas nem rearticuladas sem pensar nos níveis de produção do conhecimento e nos efeitos de verdade que as sustentam (CASTAÑEDA, 2013). Seguindo essa perspectiva, o pensamento pós-colonial se fundamenta em pelo menos três pressupostos fundamentais: uma crítica e reformulação da modernidade; uma busca por alternativas epistêmicas que não sigam a lógica binária fundada pela configuração discursiva europeia; e uma atenção voltada para questões sociais e para a prática política.

Se buscan nuevas alternativas de participación y la redefinición de nuevas tendencias en la reconstrucción epistemológica y ontológica de la realidad. Justo ahí, se conjugan formas críticas en relación dialógica horizontal equitativa, solidaria y democrática. [...] En un mundo así, la filosofía como ejercicio libre, autónomo, racional y crítico, debe oponerse a la *Razón totalitaria e imperial*¹, porque no puede ser cómplice de las condiciones de existencia de las mayorías y de las minorías excluidas latinoamericanas y del sistema-mundo. (ANAYA, 2014, p. 46-47)

É nesse contexto que o estudo do jornalismo como forma social de construção do conhecimento, como define Adelmo Genro Filho (2012), se revela agente de transformação e influência nas relações sociopolíticas contemporâneas. Ao relatar as experiências cotidianas e ao relacioná-las a eventos históricos ou possíveis reflexos futuros, o jornalismo constrói interpretações da realidade e influencia na formulação coletiva do seu entendimento. Nesse contexto, o autor Eduardo Meditsch (1992), argumentando sobre o caráter ideológico da prática jornalística, afirma que enquanto conhecimento social o jornalismo “envolve determinado ponto de vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a humanidade”. Para ele, nesse caso espera-se do jornalista um posicionamento ético e político sobre a realidade.

Diante do exposto, partimos do pressuposto de que a perspectiva positivista e cartesiana de modernidade promoveu, em certa medida, o imperialismo sobre as comunidades colonizadas não somente no campo político-social, mas também no campo da produção do conhecimento. Por isso, na tentativa de desconstruir essa relação, apontamos para a necessidade de uma “descolonização” do campo jornalístico para que uma verdadeira visão emancipatória possa vigorar no campo epistemológico que o fundamenta.

¹ Grifo feito pelo autor no texto original.

No processo de estabelecimento de vínculos discursivos cujo sentido reforçam as relações de diferenças, o pós-colonialismo pode discutir, assim, maneiras de superar o pensamento hegemônico, dando voz aos “subalternos”² e aos “marginalizados”. A partir disso, o estudo apresentado nesta monografia **justifica-se** na medida em que o jornalismo, quando entendido como forma social de conhecimento, pode contribuir para o processo de desnaturalização do discurso, oferecendo ferramentas que visam construir espaços politicamente engajados e que possibilitem a superação de opressões historicamente enraizadas em nossa sociedade. O **objeto de estudo** desta monografia se estabelece, portanto, nas possíveis relações entre os estudos pós-coloniais e o jornalismo. A **pergunta norteadora** que sustenta este trabalho é: que contribuições os estudos pós-coloniais podem trazer para o campo epistemológico do jornalismo? Além disso, o **objetivo** é identificar contribuições dos estudos pós-coloniais para o campo epistêmico do jornalismo, tendo em vista que existem formas de produção de conhecimento complexa e dialeticamente diversas.

Esta monografia se estrutura em três capítulos. No **primeiro**, propõe-se apresentar a perspectiva contemporânea do uso, por alguns teóricos, do termo “pós-colonial”, suas vicissitudes e principais discussões. Exploramos os conceitos apresentados por Boaventura de Sousa Santos, que faz críticas especificamente ao campo epistemológico e ao paradigma científico moderno, promovendo uma reconstrução histórica da concepção da modernidade Ocidental no livro *Epistemologias do Sul*, organizado em coautoria com Maria Paula Meneses. Além disso, relacionamos a proposta de Santos, dentre outros autores, com a perspectiva pós-colonial do autor indiano Homi Bhabha. Em *O local da cultura* o autor apresenta a proposta da crítica pós-colonial, a qual, segundo ele, “[...] é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno” (BHABHA, 2001, p. 239). Para o autor,

as perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos de modernidade que tentam dar uma “normalidade” hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das “racionalizações” da modernidade (Idem).

Tendo isso em vista, nesta monografia busca-se lançar um olhar de estranhamento à forma simplificadora com a qual o jornalismo contemporâneo tem interpretado o mundo – que

² Sobre o tema, ver a autora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010).

se apresenta cada vez mais repleto de complexidades e de contradições. Essa simplificação, portanto, pode resultar em abordagens acríticas, superficiais ou descontextualizadas. Nesse sentido, faz-se necessário um percurso que trace os caminhos fundantes da teoria do jornalismo desde sua concepção prática originado na modernidade ocidental.

Em virtude disso, o **segundo capítulo** discute a pertinência da noção, adotada por Adelmo Genro Filho (2012), do jornalismo como forma social de produção de conhecimento. Sua proposta de pensar teoricamente o jornalismo é reconhecida como pioneira no Brasil, sobretudo em função de sua preocupação epistemológica. Na obra *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do Jornalismo*, seu principal trabalho, lançado no final da década de 1980, o autor afirma que as pesquisas teóricas na área pouco contribuíam, na época, para se pensar epistemologicamente o jornalismo. Genro Filho observa que parte dos esforços para teorizar sobre essa prática social mantém atenção para a descrição operacional das técnicas, para a manualização de procedimentos ou ainda para a abordagem crítica do jornalismo como instrumento de dominação.

Seguindo essa perspectiva, Eduardo Meditsch (1992) defende que o Jornalismo como conhecimento é condicionado pela produção industrial dos produtos jornalísticos, por valores ideológicos de seus produtores e pela manutenção de seus formatos. Por conta disso é que Meditsch sustenta, acompanhando Genro Filho, que a representação da realidade está instalada nas contradições dialéticas da sociedade, “as quais não devem ser só reconhecidas, mas precisam ser expressadas” (MEDISTCH, 1992, p. 44). Tendo em vista o processo de produção de significados proposto pelo jornalismo atual, cujos fundamentos datam do início do século XX e que sofreram influência do positivismo europeu, Cremilda Medina critica a herança Comteana adotada pela *práxis* jornalística. Para a autora,

sempre que o jornalista está diante do desafio de produzir notícia, reportagem e largas coberturas dos acontecimentos sociais, os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista. (MEDINA, 2008, p. 25)

Complementando o anteriormente exposto, a atualidade da relação dialética entre a manutenção e a oposição às hegemonias sociopolíticas é o tema do **terceiro capítulo** desta monografia. Nele, questiona-se como as relações de poder desiguais ligadas ao gênero, à identidade, ao racismo, à etnicidade, etc., podem ser situadas como elementos estruturantes para uma proposta teórico-prática do jornalismo. Sob essa ótica, a ideia de descolonização do campo jornalístico propõe o rompimento com um antigo paradigma – e conseqüentemente a adoção de uma nova visão de mundo, ou de novas maneiras de compreender o mundo e atuar nele. Uma

questão fundamental para isso é identificar qual o papel do jornalismo nesse mundo em transição. Nesse caso, a aproximação entre as ideias de Adelmo Genro Filho e os estudos pós-coloniais se mostra necessária, uma vez que a Teoria do Jornalismo, em busca de consolidação e consistência, precisa recorrer, muitas vezes, a outras disciplinas e teorias sociais para compreender as especificidades de seu campo epistêmico.

Como elemento final desta breve apresentação, apontamos para a *meta-discussão*, realizada no âmbito desta monografia, sobre a temática racial e as relações de poder desiguais vividas pela sociedade brasileira. Apesar de não comporem o foco central de nossa discussão, acreditamos que as elaborações sobre a desigualdade racial tangenciam as principais proposições de autores e autoras abordados neste trabalho – principalmente quando discutimos empoderamento de sujeitos subalternizados, propostas epistemológicas não-eurocêntricas e participação político-discursiva.

1 PÓS-COLONIALISMO: ORIGENS E DESDOBRAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Expoente acadêmica brasileira, a pedagoga Nilma Lino Gomes assumiu, em 2014, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, que possui caráter de Ministério. Nilma Gomes foi a primeira mulher negra a assumir a reitoria de uma universidade federal brasileira (a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)³. No capítulo *Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira*, integrante do livro organizado por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010), a autora traça um breve panorama da inserção de negros e negras nos espaços acadêmicos brasileiros. Ela diz:

Ao realizarem suas pesquisas e tematizarem a questão racial nas mais diversas áreas do conhecimento, com ênfase nas ciências sociais e humanas, esses sujeitos produzem um conhecimento pautado não mais no olhar do ‘outro’, do intelectual branco comprometido (ou não) com a luta antirracista, mas pelo olhar crítico e analítico do próprio negro como pesquisador da temática racial. Não mais um olhar distanciado e neutro sobre o fenômeno do racismo e das desigualdades raciais, mas, sim, uma análise e leitura crítica de alguém que os vivencia na sua trajetória pessoal e coletiva, inclusive, nos meios acadêmicos. Essa inserção, sem dúvida, traz tensões. Enriquece e problematiza as análises até então construídas sobre o negro e as relações raciais no Brasil, ameaça territórios historicamente demarcados dentro do campo das ciências sociais e humanas, traz elementos novos de análise e novas disputas nos espaços de poder acadêmico. É também colocada sob suspeita por aqueles que ainda acreditam na possibilidade de produção de uma ciência neutra e descolada dos sujeitos que a produzem (GOMES, 2010, p. 496).

Algumas das recentes pesquisas acadêmicas na área dos estudos culturais e dos estudos pós-coloniais⁴ têm apontado que as elaborações relacionadas à temática do racismo no Brasil podem ser tomadas como alternativas epistemológicas possíveis para a superação de hegemonias historicamente enraizadas não somente no campo acadêmico, como exposto por Gomes, mas também no imaginário dos demais campos do conhecimento e das práticas sociais. Em razão disso, a autora ainda aponta que “nem sempre os instrumentais metodológicos e as tradicionais categorias de análise construídas sob a égide da lógica da racionalidade ocidental

³ Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/ministra>>. Acesso em: 21 Abr. 2015.

⁴ De acordo com Angela Prysthon (2004, p. 4), o termo pós-colonial “não emergiu para preencher um espaço vazio na linguagem da análise político-cultural. Ao contrário, a sua larga adaptação durante o final dos anos oitenta foi coincidente com e dependente do eclipse de um paradigma anterior, aquele do Terceiro-Mundo”. Mesmo assim, segundo a autora, o emprego do termo “pós” pode carregar um sentido ambíguo, pois reconhece que pode haver espaço para existência do “colonial” no âmbito das relações sociais. Como forma de superação desse paradigma, a autora Carolina Castañeda (2013), aponta para o uso do termo “descolonial”, adotado por alguns autores latino-americanos.

moderna dão conta de interpretar a complexidade de expressões e vivências afro-brasileiras” (GOMES, 2010, p. 510). Para Eduardo Oliveira (2009), por exemplo, o conceito de ancestralidade adotado pela cultura afro-brasileira pode ser empregado como uma categoria analítica e, por isso mesmo, pode converter-se em conceito-chave para compreender uma epistemologia que interpreta seu próprio regime de significados a partir do território (a África diaspórica; o Brasil africanizado) que produz seus signos de cultura. Por isso, o regime de signos da cultura de matriz africana pode ser ressemantizado no Brasil e a ancestralidade, exemplificada por Oliveira, pode ser tida como um princípio, uma lógica, ou uma epistemologia. Para além disso, o autor ainda aponta que a ancestralidade pode ser tida como um signo de resistência afrodescendente e, assim, protagoniza a construção histórico-cultural da população negra brasileira e gesta, ademais, “um novo projeto sócio-político fundamentado nos princípios da inclusão social, no respeito à experiência dos mais velhos, na complementação dos gêneros, na diversidade, na resolução dos conflitos, na vida comunitária, entre outros” (OLIVEIRA, 2009, p. 2). O autor ainda aponta que:

Tributária da experiência tradicional africana, a ancestralidade converte-se em categoria analítica para interpretar as várias esferas da vida do negro brasileiro. Retroalimentada pela tradição, ela é um signo que perpassa as manifestações culturais dos negros no Brasil, esparramando sua dinâmica para qualquer grupo racial que queira assumir os valores africanos. Passa, assim, a configurar-se como uma epistemologia que permite engendrar estruturas sociais capazes de confrontar o modo único de organizar a vida e a produção no mundo contemporâneo (Idem, p. 2).

Utilizamos o exemplo do racismo como forma de demonstrar alternativas às concepções normativas de compreensão da realidade. Contudo, além dos conflitos étnico-raciais, nesta segunda década do século XXI, enfrenta também preocupações relacionadas às questões de gênero, identidade e sexualidade; geracionais; migratórias; entre outras. Tendo em vista que muitos desses conflitos remetem a uma epistemologia definida e historicamente adotada por nossa sociedade, tentaremos explicitar, ao longo deste capítulo, as origens e os desdobramentos da ideologia que a tem posicionado historicamente.

Muitas das disputas socioculturais estabelecidas, atualmente, são interpretadas segundo diferentes padrões ideológicos de compreensão da realidade e de visão de mundo – os normativos e os não-normativos; ou os hegemônicos e os não-hegemônicos. Tal percepção deriva da proposta de pensamento positivo e estruturalizante, formulados por Augusto Comte e René Descartes e cujo desenvolvimento culminou na criação da ciência e do pensamento modernos, tem local e contexto histórico definidos: a Europa católica e pré-industrial. Shohat e Stam (2006), por exemplo, apontam a prática do racismo como icônica para a formulação do pensamento *eurocêntrico*. Segundo os autores, o racismo se estabelece como um dos exemplos

da proposta de diferenciação que o europeu branco buscou ao longo dos processos de colonização do “Novo Mundo”, ainda nos séculos XVI e XVII. Foi por isso que a concepção ideológica do eurocentrismo “surgiu inicialmente como um discurso de justificação do colonialismo, quando as potências europeias atingiram posições hegemônicas em grande parte do mundo” (SHOHAT; STAM, 2006).

A partir desse pressuposto foi que se criou a concepção do “outro”, do “diferente”⁵, ou seja, daquele que não pertence ao ideal europeu, branco e civilizadora – uma postura, portanto, política. A partir dessa perspectiva, o autor inglês Stuart Hall (2006) aponta que “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”. Dessa forma, a identificação torna-se politizada e esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de política de identidade de classe para uma política de diferença racial. Tal fato culminou, assim, na racialização da empreitada colonial europeia, originada com a chegada dos espanhóis à América, marco da modernidade ocidental e da criação da utopia neomundista⁶.

Tendo em vista esse processo de concepção ideológica, o autor peruano Aníbal Quijano afirma que, como no caso das relações entre capital e pré-capital, uma linha similar de ideias foi elaborada acerca das relações entre Europa e não-Europa, em que o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização europeia ou ocidental. Para o autor,

desse mito se origina a especificamente eurocêntrica perspectiva evolucionista, de movimento e de mudança unilinear e unidirecional da história humana. Tal mito foi associado com a classificação racial da população do mundo. Essa associação produziu uma visão na qual se amalgamam, paradoxalmente, evolucionismo e dualismo. Essa visão só adquire sentido como expressão do exacerbado etnocentrismo da recém constituída Europa, por seu lugar central e dominante no capitalismo mundial colonial/moderno, da vigência nova das ideias mitificadas de humanidade e de progresso, inseparáveis produtos da Ilustração, e da vigência da ideia de raça como critério básico de classificação social universal da população do mundo (QUIJANO, 2005, p. 116).

⁵ Para Alain Tourraine, a questão da diferença é mais uma busca pelo desigual que uma definição do indivíduo. Dessa forma, a igualdade se dá na medida em que todos procuramos nossa própria individuação. Apesar disso, na tentativa de explicar o processo de legitimação da “diferença” ele aponta que “[...] se definimos a igualdade por nossas crenças comuns, encontramos facilmente minorias ou até mesmo maiorias que não as compartilham e que, por isso, consideramos como inferiores” (TOURRAINE, 1998, p. 72).

⁶ “Tal construção tem como pressuposição básica o caráter universal da experiência europeia. As obras de Locke e de Hegel – além de extraordinariamente influentes – são neste sentido paradigmáticas. Ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente” (LANDER, 2005, p. 10).

Apesar disso, não foram poucas as lutas, por parte das nações colonizadas, para que fizessem cessar o poder sócio-político e econômico do colonialismo – culminando em vários processos independentistas ao redor do mundo. Mesmo assim, Quijano aponta para um processo de colonização que pode ser percebido contemporaneamente e que, de forma subjetiva, influencia os processos de produção de culturas e de conhecimentos – consagrando a proposta imperialista europeia como bem sucedida e absolutamente manipuladora: “a longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado” (QUIJANO, 2010, p. 124).

1.1 A crise dos paradigmas

Neste trabalho, parte-se do princípio de que uma consciência dos efeitos intelectualmente debilitantes do legado eurocêntrico é indispensável para compreender não apenas as representações, mas também as subjetividades contemporâneas (SHOHAT; STAM, 2006). Por conta disso, entendemos que a visão eurocêntrica não é suficiente para compreender e explicar a complexidade das relações sociais e culturais dos mais variados povos, nações e etnias globais. O filósofo e professor argentino Enrique Dussel, teórico latino-americanos sobre o assunto e defensor da Teoria da Libertação, em texto que analisa as vicissitudes do pensamento eurocêntrico, aponta que:

Se se entende que a “Modernidade” da Europa será a operação das possibilidades que se abrem por sua “centralidade” na História Mundial, e a constituição de todas as outras culturas como sua “periferia”, poder-se-á compreender que, ainda que toda cultura seja etnocêntrica, o etnocentrismo europeu moderno é o único que pode pretender identificar-se com a “universalidade-mundialidade”. O “eurocentrismo” da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como “centro” (DUSSEL, 2005, p. 30).

A experiência do colonialismo, nesse contexto, torna-se problema de viver “em meio ao incompreensível”, cujo pressuposto não é a cultura etnicamente localizada, mas a assimilação de uma cultura “importada”, deslegitimada e opressora. É por isso que, para Boaventura de Sousa Santos (2002), “a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo”. Segundo ele, “para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade” (SANTOS, 2002, p. 238).

É a partir dessa perspectiva, apontada por Santos, que está embasada a crítica dos Estudos Pós-coloniais em relação aos paradigmas científicos modernos: uma ressignificação dialética da realidade ocidentalizada, cuja ideologia considere as dicotomias impostas pelas relações de subalternidade marcadas pelo imperialismo e pela colonização; e a revalorização de conhecimentos previamente “marginalizados” ou deslegitimados.

Derivados originalmente do campo de conhecimento dos Estudos Culturais, cujas abordagens apresentaram ao campo acadêmico consideráveis alternativas à produção científica nordocêntrica (dos países europeus e norte-americanos) ambas as propostas

se estabelecem como o terreno por excelência tanto para o estudo como para o próprio desenrolar de transformações no âmbito de uma des-centralização cultural e das políticas internacionais da teoria. Os EC [estudos culturais] trazem à tona um ponto de vista muito mais abrangente – sendo simultaneamente bem específico na sua historicidade, fazem convergir um instrumental teórico que tenta revelar a contemporaneidade de maneira desmistificadora e des-hierarquizada e estabelecer uma *política da diferença*⁷ que desafie a hegemonia nordocêntrica, redefina a modernidade a partir de novos termos, aponte alternativas para um padrão cultural baseado na cópia e na imitação e garanta voz a sujeitos que anteriormente não tiveram direito a voz (PRYSTHON, 2004, p. 6).

Neste trecho, Prysthon aponta para algumas das principais discussões que os estudos culturais têm trazido ao debate acadêmico contemporâneo. Dentre essas, destacamos a concepção eurocêntrica dualista na qual, segundo Shohat e Stam (2006), Bhabha (2001), Santos e Meneses (2010) e Santos (2002), o Ocidente e o não-Ocidente são tidos como opostos. Tal perspectiva, além de equivocada, gerou um processo de “não-existência” das culturas e dos conhecimentos produzidos por comunidades marginais. Essa polarização política (o Ocidente e os outros) e identitária (nós e eles) funda, segundo Lacerda (2013), uma epistemologia binária que se expressa inclusive nos discursos que se querem contra-hegemônicos, mas que acabam reafirmando a polarização – como é o caso da proposta tradicional da luta de classes definida pelo marxismo, por exemplo. O que essa lógica binária não considera, contudo, é que, em decorrência dos processos de globalização cada vez mais complexos a que estamos submetidos, mesmo epistemologias tidas como “diferentes” se interpenetram em um espaço instável de sincretismo e creolização (SHOHAT; STAM, 2006), ressignificando os encontros nas fronteiras culturais de cada comunidade. Esse assunto, porém, será abordado com mais detalhes ao longo deste capítulo.

Além desse ponto de discussão concernente ao campo dos estudos de teorias pós-coloniais, Santiago Castro-Gómez (2005) aponta que qualquer narrativa da modernidade cujo

⁷ Grifo estabelecido pela autora no texto original.

conteúdo não leve em conta o impacto da experiência colonial⁸ na formação das relações modernas de poder é não apenas incompleto, mas também *ideológico*. Pois foi precisamente a partir do colonialismo que se gerou tal modelo de poder disciplinar que caracteriza as sociedades e as instituições na atualidade. Para a crítica e escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010), a exclusão da necessidade da difícil tarefa de realizar uma produção ideológica contra-hegemônica “não tem sido salutar”, já que o empirismo positivista – princípio justificável de um neocolonialismo capitalista avançado – pôde estabelecer sua própria arena como a da “experiência concreta”. Tal discussão reinsere, assim, “o debate da identidade nacional⁹, da representação, das etnicidades, da diferença e da subalternidade no centro da história cultural mundial contemporânea” (PRYSTHON, 2004, p. 8) – um debate, portanto, político.

A definição dos Sujeitos subalternizados é, portanto, central na tentativa de desvelar as imbricações políticas naturalizadas pelo imperialismo nordocêntrico, que incutiu o paradigma em que se vinculam as relações de raça e de capital-trabalho para definir as relações sociais cotidianas no sistema-mundo globalizado. De acordo com Castañeda (2013, p. 12), “as diversas experiências históricas que articularam capital e raça fizeram que, durante todo o século XX, se considerasse que a diferença era/é natural”¹⁰. Tratando-se, portanto, de uma aceitação da outridade com forma natural de existência geopolítica. Aos Sujeitos subalternos, sob o olhar dominante, podem restar duas opções: (a) permanecerem no espaço da não-existência, em uma luta constante contra os espaços hegemônicos; ou (b) serem focos de pesquisas acadêmicas, culminando em uma objetificação do Sujeito sob a égide da ciência positivista.

É por isso que, ao ignorar a constituição do sujeito subalterno enquanto ser criador de sua própria realidade e subjetividade, os ‘adeptos’ da razão normativa adotam um gesto *político* e *histórico* muitas vezes propositadamente não reconhecido. Para Spivak (2010), quando se busca aprender a falar ‘ao’ (em vez de falar ‘do’ ou ‘em nome do’) sujeito historicamente emudecido, o intelectual pós-colonial aprende a criticar o discurso não apenas substituindo a ordem hegemônica de enunciação, mas apontando para saídas emancipatórias de produção do

⁸ Sobre o tema, ver Edward Said (2011).

⁹ A questão da identidade nacional pode ser problematizada a partir da proposta que Santos (1993) aponta, relacionando-a historicamente com a formação dos Estados nacionais europeus: “[...] sob a égide do capitalismo, a modernidade deixou que as múltiplas identidades e os respectivos contextos intersubjetivos que a habitavam fossem reduzidos à lealdade terminal ao Estado, uma lealdade devoradora de todas as possíveis lealdades alternativas” (SANTOS, 1993, p. 38).

¹⁰ A naturalização das diferenças e algumas possíveis interpretações concernentes ao campo do jornalismo serão analisadas no terceiro capítulo deste trabalho.

discurso. Carolina Castañeda (2013) defende, assim, que o desafio desta forma de pensar criticamente reside em que “descentramento do poder, ao ser epistêmico, deve deslocar as identidades coletivas e individuais a partir das quais nos constituímos e estamos acostumados a falar e a existir, tais como a raça, a classe, a etnicidade e as nacionalidades”, configurando um campo aberto de escolhas, interpretações e significações. “O exercício supõe, é claro, um compromisso com a produção e o consumo de conhecimento e uma transformação das práticas acadêmicas (CASTAÑEDA, 2013, p. 13).

Para tanto, Magallón Anaya (2014, p. 58) afirma que “é necessário replantar e ressemantizar as categorias, os conceitos e os marcos teóricos epistêmicos capazes de explicar as práticas sociais, econômicas e filosóficas” da contemporaneidade. Além disso, o autor ainda aponta: “pode-se dizer que nesta realidade contemporânea faz-se evidente a contradição, as oposições, a confrontação e a luta de interesses, porque se encontram cada vez mais marcadas as fronteiras profundas de eliminação ou de desconhecimento social e de marginalização” (ANAYA, 2014, p. 58)¹¹.

Nesse contexto, Santos (2002, p. 240) explica que o debate no campo acadêmico sobre o deslocamento das relações de poder hegemônicas e contra-hegemônicas “aprofundou-se nos anos oitenta e noventa com a epistemologia feminista, os estudos culturais e os estudos sociais da ciência”. Já o autor indiano Homi Bhabha (2001) afirma que as perspectivas pós-coloniais “formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das ‘racionalizações’ da modernidade” (BHABHA, 2001, p. 239). Sobre esse ponto, o autor Edward Said defende que:

[...] quando departamentos supostamente neutros da cultura, como a literatura e a teoria crítica, convergem para a cultura mais fraca ou subordinada e a interpretam com a ideia de que existem essências imutáveis, europeia e não europeia, com narrativas sobre a posse geográfica e imagens de legitimidade e redenção, a consequência flagrante tem sido dissimular a situação de poder e ocultar até que ponto a experiência da parte mais forte se sobrepõe à da mais fraca, e estranhamente depende dela (SAID, 2011, p. 303).

“Uma característica especial dessas formas de posicionamento geopolítico consiste em repensar o caráter de diversas experiências de dominação colonial no mundo sem fazê-las colapsar em um modelo colonial único” (CASTAÑEDA, 2004, p. 11). Dessa maneira, a teoria pós-colonial, segundo Prysthon (2004), poderia representar a periferia diretamente e, indo além,

¹¹ Tradução livre feita pelo autor.

colocaria em jogo a pluralidade cultural e histórica dos próprios sujeitos subalternos. Tendo isso em vista, Escosteguy aponta que:

Se o trabalho teórico-intelectual se dá numa relação com as circunstâncias históricas vividas, a prática intelectual acaba tendo ressonâncias políticas. [...] Os estudos culturais são, com certeza, ou, pelo menos, aspiram ser um modo de politizar práticas intelectuais. Porém, a prática de estudos culturais não impõe aos seus praticantes uma agenda política específica, e não acarreta quaisquer posições fixas ou soluções prontas para conflitos. Examinar a ‘relação entre’ povo e poder, e perguntar ‘quando e como’ o poder está localizado em suas vidas, é adotar uma abordagem contextual ou uma aproximação pragmática à política (ESCOSTEGUY, 2010, p. 136).

1.2 Superando a lógica binária

Comentou-se anteriormente sobre a forma como a perspectiva eurocêntrica de produção do conhecimento e de entendimento da realidade estabeleceu relações de diferenciação dualistas, cujas ideologias derivam, basicamente, do conceito de “raça”. Propondo ir além dessa perspectiva discriminatória, um dos autores contemporâneos que estudam, dentre outros temas, a superação da colonização do saber, é o pesquisador português Boaventura de Sousa Santos. O autor propõe o termo “pensamento abissal” para marcar as diferenças entre o pensamento moderno ocidental e as demais formas de produção de conhecimentos e compreensão da realidade, oriundas de contextos históricos e etnogeográficos distintos (SANTOS, 2010). Com essa tese, ele sustenta que a estrutura da epistemologia eurocentrada não permite sua copresença com conhecimentos derivativos de outras epistemologias e significações, criando, assim, um monopólio epistemológico sobre a compreensão da realidade. Para ele,

o caráter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não científicas de verdade. Sendo certo que a validade universal da verdade científica é, reconhecidamente, sempre muito relativa, dado o fato de poder ser estabelecida apenas em relação a certos tipos de objetos em determinadas circunstâncias e segundo determinados métodos [...] (SANTOS, 2010, p. 33).

O reconhecimento da persistência historicamente enraizada do pensamento abissal torna-se, portanto, uma possibilidade para pensar e agir para além dele. Do contrário, o pensamento crítico tende a permanecer como uma proposta derivativa, cuja essência continuará a reproduzir as linhas abissais. Em razão disso, Santos (2010) afirma que “no pensamento pós-abissal, a busca de credibilidade para conhecimentos não-científicos não implica o descrédito da ciência. Implica, simplesmente, na sua utilização não hegemônica”.

A partir dessa perspectiva, foram estabelecidos os conceitos das “epistemologias do sul”. Nesse caso, o Sul se estabelece como oposição ao Norte global ocidentalizante, em que estão incluídas nações defensoras/reprodutoras dos paradigmas imperialistas de produção do

conhecimento não somente no Norte geográfico (como é o caso dos países anglófilos da Oceania). O Sul global, para Santos (2010), refere-se a todas as nações e etnias cujas culturas foram submetidas aos ditames do imperial-colonialismo e que tiveram conhecimentos subjugados, esquecidos e marginalizados em todo o globo. Para tais regiões e populações, segundo Aníbal Quijano, isso implicou um processo de “*re-identificação histórica*”, pois foram-lhes atribuídas novas identidades geoculturais a partir da Europa. Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determinações, não somente no campo político, mas também no campo da produção intelectual. Segundo o autor,

a incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 110).

Em virtude disso, Santos (2010) utiliza o termo “epistemicídio” para descrever o processo de desvalorização e conseqüente esquecimento de maneiras não-europeias de entendimento do mundo. O mesmo autor defende, assim, que a razão Ocidental postula um desperdício das experiências humanas, gerando, em última instância, um empobrecimento das possíveis manifestações e um enquadramento enclausurante das liberdades intelectuais, epistemológicas, culturais e artísticas a um modelo previamente definido. Em relação ao campo das ciências sociais e humanas, tal perspectiva necessita, portanto, de análises mais complexas (MORIN, 2008).

É por isso que, a partir dessa perspectiva, compreende-se que a própria ciência moderna é (e deve ser) internamente diversa. Portanto, no escopo das elaborações acadêmicas desenvolvidas em todo o mundo, seria um reducionismo acreditar que toda a produção acadêmica reproduz padrões hegemônicos somente porque foi concebida sob a égide Ocidental. Mesmo assim, com a teoria pós-colonial, dois desafios para uma possível superação epistemológica podem ser estabelecidos: o primeiro, um desafio desconstrutivo, que consiste em identificar os resíduos eurocêtricos herdados do colonialismo e presentes nos mais diversos setores da vida coletiva, da educação à política, do direito às culturas. O segundo desafio, um desafio reconstrutivo, que consiste em revitalizar as possibilidades histórico-culturais das

heranças nacionais, culturais e etnográficas interrompidas pelo colonialismo e pelo neocolonialismo (SANTOS, 2002).

Nesse contexto, e já antecipando alguns pontos que abordaremos no próximo capítulo, defendemos que o jornalismo, entendido como forma social de produção de conhecimentos, pode contribuir para o processo de desnaturalização do discurso hegemônico, oferecendo ferramentas que visam a uma alternativa de emancipação epistemológica. Além disso, os avanços tecnológicos dos meios de comunicação têm favorecido a exposição e o contato entre diferentes culturas, epistemologias e crenças, ampliando e complexificando as possibilidades humanas de sincretismo e de apropriação de conhecimentos.

A atualidade da manutenção e da oposição às hegemonias sociopolíticas em relação às questões de gênero, identidade, racismo, etnicidade, etc., podem ser tidas como estruturantes para uma proposta teórico-prática emancipatória no jornalismo, buscando, assim, descolonizar do campo jornalístico e desconstruir paradigmas. Tendo isso em vista, alguns dos questionamentos que podem ser levantados sobre o tema incidem sobre o campo do jornalismo enquanto prática. Nesse âmbito, de que forma e “com que voz-consciência o subalterno pode falar?” (SPIVAK, 2010, p. 61). Quais seriam os meios de empoderamento dos sujeitos marginalizados no ambiente da imprensa? E, indo um pouco além, seria possível uma descolonização do jornalismo? Tentaremos discutir esses temas nos próximos capítulos.

2 O JORNALISMO COMO FORMA SOCIAL DE CONHECIMENTO

No primeiro capítulo deste trabalho, sugeriu-se uma proposta epistemológica que considerasse as particularidades da cultura afro-brasileira, mais especificamente a ancestralidade (OLIVEIRA, 2009), na tentativa de problematizar o próprio fundamento eurocêntrico da ciência moderna. Nesse sentido, pode-se, também, estender tal perspectiva aos demais campos da produção intelectual. No caso do jornalismo, por exemplo, não há de ser diferente. Seria possível, assim, a criação de um “jornalismo negro” – que levasse em conta os pressupostos etnoculturais da raça negra e que fosse diferente de um jornalismo *para o negro*? Uma proposta epistemológica para o campo do jornalismo que seja verdadeiramente emancipadora e libertária poderia, dessa forma, desconstruir as hegemonias historicamente estabelecidas não somente no campo da representação, mas também no seu próprio cunho ideológico? Ou haveria uma concepção universalizante, de cujo contexto o jornalismo não pode distanciar-se?

Tendo essas prerrogativas em vista, dedicamos este capítulo para destacar as propostas que relacionam jornalismo e conhecimento, apresentando possibilidades para um diálogo possível com os estudos pós-coloniais, sem o intuito de superar uma revisão exaustiva de todas as teorias que surgiram a partir de estudos relacionados e interdisciplinares.

Mesmo assim, as tentativas de definir o campo do jornalismo como uma área pertinente do conhecimento e que, seguindo os valores positivistas, pudesse garantir o rigor e a precisão da ciência, têm tido amplo debate desde o século passado. Nesse bojo, o autor Adelmo Genro Filho figura, no campo acadêmico brasileiro, como vanguardista ao propor uma teoria própria do jornalismo, entendido como forma de conhecimento socialmente produzida e em parte desvinculada das teorias comunicacionais. Seu livro icônico *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, cuja primeira edição data de 1987, permanece original e aponta caminhos para uma proposta teórica promissora.

Foi durante o processo de desenvolvimento das ciências sociais, nas primeiras décadas do século XIX, que os meios de comunicação passaram a figurar como espaços relevantes para o ordenamento da sociedade europeia e para o estabelecimento de novas formas de relação e interação social. Em função desse destaque, tornaram-se objeto de interesse de estudiosos de diversas disciplinas, que buscavam compreender este entre outros fenômenos. Sobre o assunto, a pesquisadora Ana Paula Lückmann (2013) comenta que o jornalismo – ele próprio um fenômeno comunicacional –, passou por transformações de ordem técnica, tanto no âmbito discursivo (perseguindo a objetividade nos textos, adotando metodologias como o *lead* e

separando de forma explícita, nas publicações, textos de opinião, textos noticiosos e publicidade), quanto no âmbito estrutural, ao separar os conteúdos em editoriais, por exemplo. O desenvolvimento de tais processos de comunicação trouxe novas possibilidades de conhecimento para a vida social e o jornalismo, particularmente, passou a assumir forte influência no cotidiano das sociedades ao relatar os fatos do presente rápida e eficientemente.

Por isso, pode-se destacar o surgimento mesmo da concepção contemporânea de jornalismo em contexto definido, como propõe Cremilda Medina: “a cobertura do real imediato se serve das gramáticas que se disciplinaram no fim do século XIX no ambiente cientificista da modernidade ocidental” (MEDINA, 2008, p. 27). Tal contexto, já discutido no capítulo anterior, pressupõe uma compreensão ideológica da função do jornalismo enquanto ferramenta informacional para atender às necessidades de uma classe social definida. Mesmo assim, ele é um fenômeno histórico que ultrapassa a base social imediata que o constituiu: com o desenvolvimento de forças produtivas tecnológicas e intelectuais – e não apenas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação –, há uma alteração histórica dos sentidos humanos, uma ampliação e um aprofundamento da percepção e das possibilidades do conhecimento em geral.

A partir daí, o desenvolvimento capitalista impôs o surgimento de uma forma de conhecimento social diferentemente ousada, qualificando sob um novo parâmetro a questão da relação dos indivíduos com os fenômenos, quase de maneira *imediata* na experiência cotidiana. Genro Filho propõe que o jornalismo, nesse sentido, “é a cristalização de uma nova modalidade de percepção e conhecimento social da realidade através da sua reprodução pelo ângulo da singularidade¹²” (GENRO FILHO, 2012, p. 215). Segundo o autor, o pressuposto para a defesa do jornalismo como forma de produção de conhecimento tangencia a questão de que, a partir das mudanças causadas pela modernidade ocidental, os papéis sociais se diversificaram e suas relações, assim, ficaram mais complexas – demandando uma percepção do real que acompanhasse esse ritmo de mudanças. Tendo isso em vista, Genro Filho acrescenta:

Essa forma de conhecimento se, por um lado, possibilita a manipulação externa aos aparatos do processo de comunicação, por outro, encarna uma possibilidade duplamente revolucionária: 1) a possibilidade de crítica radical sobre essa manipulação que se exteriorizou; 2) e o caráter incompleto que decorre da natureza essencial dessa modalidade de conhecimento; por mais que ela pressuponha e direcione um determinado ponto de vista político, ideológico, moral e filosófico, o

¹² Sobre a singularidade, Adelmo Genro Filho sugere que “é a exigência da singularidade em manter-se como tal que impede o jornalismo de tornar-se uma forma de conhecimento científico ou mero epifenômeno da ciência”. O singular, portanto, é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo. Nesse sentido, o autor afirma que “[...] o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista” (GENRO FILHO, 2012, p. 172).

singular convida a subjetividade a integrá-lo numa totalidade mais ampla dotada de sentido e valores (GENRO FILHO, 2012, p. 143).

A partir disso, pode-se tomar o jornalismo como uma forma de conhecimento porque, distinto da comunicação elementar e cotidiana, não se trata de algo espontâneo associado naturalmente à consciência individual e às relações externas imediatas de cada pessoa, mas, de acordo com o autor, de um processo que socialmente estabelece complexas mediações objetivas e que, dessa forma, implica uma divisão do trabalho, um fazer e um saber específicos. Assim, o processo de significação produzido pelo jornalismo situa-se na exata contextura entre duas variáveis: (a) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; (b) as relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação. Por conta dessa perspectiva, historicamente dimensionada, é que se delinea o caráter ideológico do jornalismo (Genro Filho, 2012).

2.1 O paradigma científico e o método jornalístico

O próprio surgimento do jornalismo, em certa medida, não se deu apenas como necessidade ideológica da burguesia, como simples interesse de classe no sentido de propagar suas ideias políticas, éticas ou culturais. Nem mesmo para homogeneizar comportamentos ou impulsionar o consumo. Para Genro Filho (2004), foi a sociedade europeia (e, mais tarde, norteamericana) que acelerou sua dinâmica e adquiriu maior integração e interdependência, tornando o processo da informação interpessoal insuficiente nesse novo contexto.

À época de seu desenvolvimento enquanto ferramenta social, o jornalismo não foi admitido como um modo de conhecimento dotado de certa autonomia epistemológica ou como um aspecto da apropriação simbólica da realidade. Ao contrário, foi-lhe atribuído a ideia de mero reprodutor de conhecimentos já definidos (senso comum) ou descobertos (ciência). Apesar disso, como aponta Adelmo Genro Filho, essa perspectiva não reconhece a complexidade inerente ao fato jornalístico, que decorre de contradições vivenciadas no próprio mundo social. O autor complementa:

Essa contradição nasce da relação axiomática do sujeito com o mundo objetivo, na mesma medida em que a objetividade vai constituindo o substrato que confere realidade à autoprodução do sujeito. Logo, qualquer gênero de conhecimento é tanto revelação como atribuição de sentido ao real; assim como a projeção subjetiva não pode ser separada da atividade prática, a revelação das significações objetivas não pode ser separada da atribuição subjetiva de um sentido à atividade (GENRO FILHO, 2012, p. 61).

Concorrendo com outras formas sociais de conhecimento mais prestigiados na nossa culturalmente, como é o caso do conhecimento científico, o jornalismo “não apenas reproduziria o conhecimento que ele próprio produz, como também o conhecimento elaborado por outras instituições sociais; servindo, então, para conhecer e reconhecer” (SILVA, 2005, p. 102). É por isso que a metodologia científica, além de não ser a única forma de conhecer, pode nem sequer ser a mais importante para a nossa sobrevivência individual ou para nossa existência comunitária.

Tendo isso em vista, o autor e pesquisador Eduardo Meditsch (1992) aponta o caminho de uma leitura dialética da realidade, oposta à lógica formal e fatalista, não somente no campo científico, mas também nos demais campos do conhecimento social. Para ele, essa concepção de dialética “vê a prática da ação humana como único critério de toda a racionalidade” (MEDITSCH, 1992, p. 43). Nesse caso, o comportamento dialético não consistiria em pensar a contradição, mas pensar *por* contradição. Por isso,

[...] a dialética desvenda o caráter formal de toda a teoria e a impossibilidade de a realidade ser encerrada em alguma representação. A manifestação do pensamento, necessariamente formal, se contradiz com a realidade móvel; essa contradição não deve ser reconhecida, precisa ser expressada (MEDITSCH, 1992, p. 44).

Para tanto, ao possuir um método diferenciado, o jornalismo não segue os mesmos critérios da ciência e, ao relatar os fatos do presente, adquire uma finalidade que não pretende, necessariamente, esgotar o conhecimento sobre os temas noticiados. Nesse caso, segundo Meditsch, a lógica comunicacional adotada pelo jornalismo reconhece que, “por detrás das notícias, corre uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que elas, por definição, não abarcam” (1992, p. 55). Além disso, o fato de o jornalismo não trabalhar com hipóteses, mas de desenvolver seu processo de apreensão da realidade a partir de uma *pauta*, leva a diferenças importantes. Esta não surge de um sistema teórico anterior, como na ciência, mas baseia-se na observação desapegada da realidade. Além disso, propõe um recorte abstrato do real, em que “o isolamento das variáveis é substituído pelo ideal de apreender o fato de todos os pontos-de-vista relevantes, ou seja, em sua especificidade” (MEDITSCH, 1992, p. 56). Nesse contexto, Genro Filho acrescenta que o conhecimento produzido pelo jornalismo, diferente do científico, “não dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais, mas precisamente reconstitui a singularidade, simbolicamente, tendo consciência que ela mesma se dissolve no tempo” (GENRO FILHO, 2012, p. 61).

Para além dessa perspectiva, ao tratar das questões do estudo de uma epistemologia do jornalismo no âmbito acadêmico, Silva (2009) aponta que “na pesquisa em jornalismo, muitas

vezes, considera-se como objeto de estudo ‘a natureza da prática em jornalismo’ e como ‘função’ da pesquisa apenas contribuir para o aperfeiçoamento do jornalismo enquanto prática social” (MACHADO, 2004 *apud* SILVA, 2009). Nesse sentido, a autora sugere que, devido à materialidade das manifestações empíricas do jornalismo como fenômeno, o objeto de estudo do campo jornalístico é percebido como algo dado, e não como uma construção conceitual. Para ela,

o ponto de partida já é a mídia noticiosa, compreendida dentro dos marcos do jornalismo moderno, constituído no século XIX e assim configurado até os dias atuais. É um negócio que se sustenta em dispositivos tecnológicos em evolução, linguagens particulares, públicos diversos e requisitos técnicos, estéticos e éticos, sempre sujeitos às conformações históricas da sociedade industrial e urbana, de preferência democrática e, agora, globalizada (SILVA, 2009, p. 1-2).

É essa configuração de jornalismo que tem sido tomada hegemonicamente como fenômeno jornalístico a ser pesquisado e, em muitos casos, não se avança no desenvolvimento de uma teoria própria do jornalismo – desligada das teorias da comunicação. Daí denota a necessidade de alternativas epistemológicas para a compreensão do jornalismo enquanto fenômeno social dialeticamente construído *pela* e construtor *da* realidade. Nesse sentido, podem ser válidas, por exemplo, as propostas brevemente apresentadas no início deste capítulo, referentes à possível epistemologia afro-brasileira.

Torna-se necessário, assim, estabelecer uma distinção entre o jornalismo e a imprensa. Genro Filho (2012) propõe que enquanto a imprensa seria o corpo material de um processo social e contextualmente estabelecido, o jornalismo seria a natureza da informação que surge em função destes meios e das necessidades sócio-políticas de um período histórico. A partir dessa diferenciação, e tendo em vista o estabelecimento de um campo de estudos autônomo, Gislene Silva propõe que

o objeto de estudo do Jornalismo, então, deve ser a singularidade da perspectiva que busca a explicação ou a compreensão de um fenômeno social específico que se manifesta de incontáveis modos, desde os mais visíveis materialmente, atraentes à observação empírica, até situações de comunicação jornalística impalpáveis, incorpóreas (SILVA, 2009, p. 9).

Se os fenômenos da comunicação provocaram mudanças na sociedade a ponto de justificar o interesse de seu estudo acadêmico, desenvolvendo uma ciência com estatuto epistemológico próprio e com natureza transdisciplinar, é importante situar, nesse contexto, o surgimento do interesse específico pelo fenômeno jornalístico. Nesse contexto, atribui-se ao

autor alemão Otto Groth¹³, no início do século XX, o pioneirismo no esforço teórico para explicar o jornalismo enquanto disciplina autônoma.

Além dele, a perspectiva de Robert Park, da Escola de Chicago, também contribuiu para o desenvolvimento de uma epistemologia própria do jornalismo. Analisando a contribuição dos estudos realizados por Park em meados dos anos de 1970, Lückmann (2013) diferencia a apreensão de conhecimento a partir das notícias, proposta pelo autor estadunidense, em dois tipos: “o ‘conhecimento de’ (*acquaintance with*), sensitivo, decorrente de hábitos e rotinas, portanto não científico; e o ‘conhecimento acerca de’ (*knowledge about*), preciso, sistemático, portanto científico” (Lückmann, 2013, p. 60). Tendo isso em vista, o autor estadunidense proporia que as notícias se situam em um lugar intermediário entre tais conhecimentos. Indo um pouco mais além, Silva cita Cristina Ponte¹⁴:

Park teria antecipado, segundo Ponte, a atenção a critérios de noticiabilidade e de valor da notícia e, com isso, teria pensado pioneiramente “o contributo das notícias para a construção de uma cultura partilhada (regional, nacional, de comunidade de interesses) e de uma memória coletiva, e a aproximação entre realidade e ficção” (SILVA, 2005, p. 99).

Sob outra perspectiva, Genro Filho aponta que Robert Park, ao relacionar a notícia com a política, ele “parece ultrapassar a noção de jornalismo como um fenômeno orgânico do sistema social considerado em sua positividade” (2012, p. 57). De acordo com o autor brasileiro, o problema da abordagem de Park seria a de que o seu conceito de política está, como os demais, no quadro de uma concepção funcionalista, que lhe retiraria, assim, qualquer dimensão transformadora e possivelmente histórica do papel do jornalismo. Adelmo Genro propõe, em contrapartida, que

se colocarmos a afirmação de Park no contexto teórico da *práxis*, tomando a história não apenas como historiografia e sim como um processo de autoprodução ontológica do gênero humano, e tomarmos política como a dinâmica dos conflitos em torno da qualificação da *práxis* social, o jornalismo vai se revelar sob nova luz. Vai aparecer, então, em seu potencial desalienante e humanizador (GENRO FILHO, 2012, p. 58).

Outras perspectivas teóricas sobre o jornalismo estruturadas no campo da Comunicação são abordadas por autores como Mauro Wolf, Armand e Michèle Mattelart, Nelson Traquina, Jorge Pedro Sousa, Peter Berger e Thomas Luckmann, entre outros. Suas contribuições para o

¹³ De acordo com Ana Paula Lückmann, “o primeiro estudo acadêmico conhecido sobre o jornalismo foi desenvolvido no século XVII pelo alemão Tobias Peucer, na Universidade de Leipzig”. A autora ainda comenta que o estudo apresentado pela obra *Os relatos jornalísticos*, publicada originalmente por Peucer em 1690, “é considerado um ponto seminal da tradição de pesquisa em jornalismo da Alemanha, tradição esta seguida posteriormente por Otto Groth [...]” (LÜCKMANN, 2013, p. 59).

¹⁴ PONTE, Cristina. **Leituras de notícias**. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 2004.

estudo do jornalismo permitiram identificar e interpretar teorias como a do espelho, a construcionista, a estruturalista, do *newsmaking* e do agendamento. Mesmo assim, e levando em conta o contributo destes autores, o estudo do jornalismo ainda denota uma teia complexa de significados quando se busca sua delimitação enquanto campo acadêmico.

2.2 Jornalismo, ideologia e epistemologia

Considerando que o jornalismo não é apenas uma forma de comunicar fatos e opiniões a um público, mas implica, por um lado, formas particularíssimas de “captação do real” e, de outro, sua formalização num discurso, Sylvia Moretzsohn (2007) aponta algumas questões que devem ser consideradas para que se possa compreender a rede de sentidos e significados na qual o campo do jornalismo está imerso: a visão com a qual os jornalistas percebem o mundo, seus objetivos, a estrutura e a rotina das organizações onde trabalham, as condições técnicas e econômicas para a realização de suas tarefas e, sobretudo, os conflitos de interesses implicados na circulação social de informações. Ao elaborar uma proposta de definição de uma epistemologia própria do jornalismo, Gislene Silva aponta duas linhas comumente adotadas por pesquisadores:

Uma dessas linhas sustenta-se sobre o aporte da construção da realidade social e, à superfície, é margeada pelas investigações a respeito dos reordenamentos do senso comum. A outra se volta para a percepção do jornalismo como narrativa; uma narrativa configurada como novos modos de manifestação simbólica e mítica, margeada por sua vez pela dimensão subterrânea do imaginário, sempre na direção da produção de sentido [...] (SILVA, 2005, p. 96).

Além disso, a autora sugere que o percurso se complexifica a partir de “sutis demarcações entre as pesquisas sobre o jornalismo como construção de sentido e de realidade social, por um público, e aquelas sobre as notícias como construções elas mesmas, construídas pelos jornalistas [...]” (SILVA, 2005, p. 97). Nesse contexto, a pesquisadora Daisi Vogel propõe que o jornalismo:

Inscribe-se na rede simbólica, na teia de significado que os seres humanos tecem e dentro da qual vivem, [...] e participa vivamente na produção dessa teia de significação. Os noticiários definem, a cada dia, com a acumulação e consonância de suas mensagens, alguns dos mais decisivos padrões perceptivos de conhecimento do mundo (VOGEL, 2005, p. 126).

A partir disso, a autora sugere, em alternativa, que a discussão em torno da estrutura das notícias se organize à luz de uma teoria cuja crítica “considera que é já ideológica a própria ideia de um acesso à realidade que não seja distorcido por nenhum dispositivo discursivo ou

conjunção com o poder” (VOGEL, 2005, p. 125). Nesse sentido, “dada a proximidade com os fatos, com seus agentes e com os atingidos por eles, a subjetividade das notícias dificilmente é ocultada por sua objetividade formal” (MEDITSCH, 1992, p. 57). Tal perspectiva implica, ainda, questões relacionadas aos instrumentos de investigação adotados pelo jornalismo, ao seu poder legitimador que lhe confere “autoridade para saber”, em nome do direito do público à informação, e à natureza do discurso jornalístico, que se apresenta como *o* discurso da realidade, quando é *um* discurso *sobre* a realidade. Sob uma perspectiva semelhante, mas atenta aos possíveis reflexos que a produção jornalística pode gerar, Gislene Silva cita que:

As notícias, entre múltiplas outras funções, participam na definição de uma noção partilhada do que é atual e importante e do que não o é, proporcionam pontos de vista sobre a realidade, possibilitam gratificações pelo seu consumo, podem gerar conhecimento e também sugerir, direta ou indiretamente, respostas para os problemas que quotidianamente os cidadãos enfrentam. As notícias, ao surgirem no tecido social existente, configuram referentes coletivos e geram determinados processos modificadores dessa mesma realidade (SOUSA, 2002 *apud* SILVA, 2005, p. 101).

Se se propõe a possibilidade de que o espaço da comunicação seja um lugar estratégico para pensar a sociedade, significa refletir sobre o peso social dos estudos do jornalismo enquanto ferramenta emancipatória socialmente estabelecida. Além disso, tais manifestações, se adotadas pelo contexto jornalístico, se transformam, historicamente, como ação política, discurso e narrativa, dispositivo tecnológico, mediação de sensibilidade, experiência estética e cultural, todas circunscritas nas relações entre sujeitos sociais. A partir disso,

[...] o processo de produção das notícias não consiste na simples atribuição não-problemática de cada informação a sua posição (aparentemente óbvia) dentro do conjunto de códigos pré-arranjados. Pois a competência performativa do relato da notícia, com seus regimes próprios e todas as suas referências pragmáticas, está a todo tempo reforçando um domínio semântico ou preferindo-o em detrimento de outro, incluindo e excluindo elementos dos conjuntos de sentido apropriados (VOGEL, 2005, p. 127).

O conhecimento produzido pelos jornalistas, contudo, apresenta limitações lógicas decorrentes não só de condicionamentos culturais historicamente determinados, mas também em decorrência de seus problemas estruturais e de sua configuração industrial. De acordo com Rocha (2011), tais limitações atribuídas ao jornalismo, em certa medida, têm origens em outros campos. Como exemplo, o autor cita: “a distorção sistemática da comunicação que compromete o sistema democrático, a crescente desigualdade social, a manipulação e disseminação de preconceitos e estereótipos do discurso ideológico dominante” (ROCHA, 2011, p. 25). Essa postura reflexiva torna-se, assim, um aspecto indispensável a jornalistas e a teóricos que buscam uma epistemologia autônoma para o campo do jornalismo, cuja tarefa de atribuir significados aos fenômenos deve perpassar rupturas ideológicas e paradigmáticas (IJUIM, 2009a).

Nesse sentido, o que o autor parece querer argumentar é que a investigação em comunicação não está eximida de elaborar uma teoria com vínculo social e, por sua vez, os jornalistas não estão isentos de exercer o papel de intelectuais (ESCOSTEGUY, 2010). De acordo com Fábio Pereira (2004), o jornalista nunca deixou de produzir um trabalho intelectualmente engajado. Por conta disso, dentre outras atribuições, o autor aponta que

foi a partir de um processo de redistribuição da função intelectual na sociedade é que ele [o jornalista] atinge este *status*. Como intelectual, o jornalista desempenha um papel decisivo na construção social da realidade, expresso na função do *agenda-setting*. Ao mesmo tempo, ele sistematiza a produção e distribuição da cultura a partir de princípios de conduta incontornáveis – as rotinas produtivas – que funcionariam à maneira dos paradigmas científicos [...] (PEREIRA, 2004, p. 13).

Sob essa perspectiva, Genro Filho (2012) aponta à possibilidade humana, criativa e criadora, de apropriação e ressignificação de conteúdos veiculados sob a “ótica burguesa”. Sem subvalorizar as potencialidades de todos os sujeitos, há espaço, portanto, para que mesmo os subalternizados possam agir politicamente frente às construções ideológicas pré-determinadas e, a partir daí, desconstruí-las ou ressemantizá-las. O caminho emancipatório seria, dessa forma, autônomo e referenciado nos próprios sujeitos oprimidos; não partiria, assim, de lugares privilegiados que olham os sujeitos subalternizados como objetos. É um total empoderamento epistemológico e ontológico do ser, que se constitui como agente de mudança da sua própria realidade social. “Portanto, a relação do fenômeno jornalístico com a *indústria cultural* – definida segundo Adorno e Horkheimer – é de unidade e contradição. Uma relação tensa, de mútua pertinência em certos momentos, mas não de identidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 139).

Disso, percebemos que o jornalismo adota uma função social historicamente determinada que pode superar os interesses ideológicos da classe que o gerou. Genro Filho ainda propõe que a esterilização da informação jornalística, através da singularização do conteúdo dos fatos, é a negação das possibilidades históricas do jornalismo. Essa seria a maneira pela qual o capitalismo tem buscado, atualmente, adaptá-lo às suas necessidades imobilistas. Nesse contexto, a informação jornalística, que na etapa ascensional do sistema capitalista era um fator que favorecia as classes dominantes, “agora pode vir a representar um perigo iminente, devido ao próprio aguçamento das contradições sociais” (GENRO FILHO, 2004, p. 167).

A partir desses pressupostos, abordaremos no próximo capítulo a perspectiva de que o jornalismo possui não somente um potencial crítico e revolucionário na luta contra o imperialismo e contra as opressões a que os sujeitos subalternizados estão submetidos, mas um potencial desalienador insubstituível para uma construção emancipatória dos sujeitos.

3 SERIA POSSÍVEL UM JORNALISMO DESCOLONIZADO?

Os problemas da *arte de tecer o presente* provêm de múltiplos focos. Por um lado, a crise da modernidade afeta diretamente as gramáticas racionalizantes que informaram o jornalismo e a comunicação social; por outro lado, as megaoperações da cultura industrializada põem a nu a má distribuição da renda simbólica; por outro lado ainda, a crise de percepção coisifica a consciência humana e perturba profundamente as visões de mundo que se presentificam nas narrativas. Paradigmas abalados, conflitos culturais e desumanização de cosmovisões sacodem as certezas técnicas e tecnológicas da comunicação social assim como dos demais atos de relação entre os homens (MEDINA, 2003, p. 49).

Ao tratar da “arte de tecer o presente”, esta citação de Cremilda Medina pode ser relacionada com o título deste terceiro capítulo, sugerindo um questionamento preliminar intrigante. Como poderia se estabelecer uma proposta descolonizadora que considere as complexas implicações às quais o jornalismo atual está submetido e que se conectam com as propostas historicamente articuladas que têm ditado os rumos do seu próprio campo de atuação?

Como já discutido no primeiro capítulo, as tensões entre os discursos hegemonicamente naturalizados e aqueles que apresentam realidades subalternizadas concorrem pela busca por legitimidade no âmbito da imprensa. Nesse caso, contudo, a competição não apresenta condições igualitárias; tampouco possibilita o livre acesso dos “marginalizados” aos espaços comunicacionais. Tratando-se da perspectiva política que tal visão proporciona, de acordo com Bernardo Kucinski, “o que mais impressiona no panorama midiático brasileiro da era neoliberal é o contraste entre a crescente polarização da sociedade e ausência de qualquer polarização ideológica entre os veículos de comunicação” (KUCINSKI, 2005, p. 117).

Além disso, levando-se em conta as problemáticas abordadas no segundo capítulo desta monografia, denota-se que a atividade jornalística é eminentemente ideológica. Por isso, apreender os fatos e relatá-los por intermédio de veículos de difusão coletiva significa projetar *visões de mundo*. Os jornalistas atuariam, nesse caso, como “mediadores entre os acontecimentos, seus protagonistas e os indivíduos que compõem um universo sociocultural” (MELO, 2006, p. 56). Nesse sentido, esta forma de apreensão da realidade permitiria, segundo Genro Filho, pela natureza mesma do conhecimento que produz, “uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação do ser social” (GENRO FILHO, 2012, p. 188), possibilitando, assim, uma previsão ativa e de cunho político sobre esse processo – que é, muitas vezes, ditado por uma lógica excludente e opressora.

Mattelart e Mattelart (2011) apontam que as rupturas dos paradigmas modernos, propostas no início do século XX, auxiliaram no processo de estabelecimento de uma sociedade midiaticizada que é complexa, quando não caótica, e que convive sob a pressão de múltiplas

racionalidades (locais, étnicas, sexuais, religiosas, entre outras). Segundo eles, não haveria mais, pois, únicas histórias, realidades ou verdades. E essa liberação das diversidades, mesmo que caminhando contra as correntes hegemônicas, talvez seja a possibilidade descoberta para uma ontologia humana libertária. Dessa forma, os autores propõem que,

na sociedade midiática, “no lugar de um ideal emancipador modelado na autoconsciência difundida, no perfeito discernimento do homem que sabe como são as coisas [...] instala-se um ideal de emancipação baseado, pelo contrário, na oscilação, na pluralidade e, em definitivo, na erosão do ‘próprio sentido de realidade’” [...] (MATTELART; MATTELART, 2011, p. 186-187).

Em avanço, Medina (2008) sugere, sob perspectiva semelhante, que se torna um desafio tentar definir o jornalismo como uma possibilidade na busca pelo entendimento do mundo, sem antes estabelecer sob qual ponto de vista se quer analisar a realidade imediata e sem estabelecer, primeiramente, qual mundo queremos no futuro. “O eixo na formação de um comunicador se desloca [novamente], portanto, para a *visão de mundo*, a descoberta e a compreensão do que se passa à volta, bem como para a relação com o Outro” (MEDINA, 2008, p. 98). Nesse sentido, uma vez que o jornalismo propõe historicamente uma possibilidade epistemológica alternativa, por exemplo, à lógica científica, uma teoria capaz de abrangê-lo pode problematizar sua conexão com outros campos do conhecimento. A partir dessa perspectiva, Genro Filho afirma que:

a compreensão da informação jornalística sob outro ângulo ideológico, ou seja, como apreensão de uma realidade não *reificada*, reconhecendo seu processo dialético e apostando em suas melhores possibilidades, exige que o mundo seja entendido como produção histórica em que se constroem e se revelam sujeito e objeto (GENRO FILHO, 2012, p. 228).

Contemporaneamente, pesquisadores da área da comunicação e jornalistas estudiosos se dedicam cada vez mais a decifrar a complexidade dos acontecimentos, procuram amarrar significados emergentes com seus nexos histórico-culturais, descobrem o protagonismo social onde ele era imperceptível, saem atrás de especialistas e institutos de pesquisa para diagnosticar situações-limite. A partir dessas perspectivas, relacionar o campo do jornalismo com o dos estudos pós-coloniais pode revelar uma proposta muito promissora. Nesse caso, de acordo com Escosteguy (2010), a expansão do projeto dos estudos culturais (e dos estudos pós-coloniais, em consequência) para outros territórios é um processo de negociação cultural. Isso pode ocorrer, segundo a autora, “toda vez que seja possível estabelecer algum tipo de sintonia histórico-cultural entre seu mundo e aquele para o qual está sendo apropriado” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 133).

Valendo-se das formulações elaboradas por Santos (2002; 2010), tal proposta, em primeiro lugar, deveria romper com o pensamento abissal ao qual esta prática de apreensão da realidade está submetida, garantindo uma resistência epistemológica frente ao paradigma exclusivo que não permite acesso às comunidades marginalizadas ao protagonismo dos conteúdos jornalísticos veiculados. Segundo, deve-se evidenciar os não-ditos, lembrar os esquecidos e trazer à centralidade os deslocados do espectro social, levando-se em conta suas idiossincrasias e seus complexos processos de relacionamento social e interpessoal. Só assim seria possível criar condições para conhecer e valorizar a inesgotável experiência cultural e epistêmica que está em curso no mundo de hoje. Em contrapartida, Spivak aponta que “tornar o pensamento ou o sujeito pensante transparente ou invisível parece, por contraste, ocultar o reconhecimento implacável do Outro por assimilação” (SPIVAK, 2010, p. 83).

Nesse contexto, torna-se útil a compreensão que Santos faz em relação às cinco lógicas de produção de não-existência¹⁵ – derivadas, segundo ele, de uma mesma racionalidade eurocêntrica e ocidentalizada. São elas: a monocultura do saber; a monocultura do tempo linear; a lógica da naturalização das diferenças; a lógica da escala dominante; e a lógica produtivista. “A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente e, portanto, no desperdício da experiência” (SANTOS, 2002, p. 249).

Sob perspectiva semelhante, em sua obra Spivak (2010) apresenta propostas que se relacionam com uma emergência protagonista dos sujeitos subalternizados ou oprimidos pelas razões hegemônicas, tanto no âmbito do discurso quanto no da ação política – temas que serão discutidos ao longo deste capítulo.

3.1 Construções discursivas e desnaturalização de hegemonias

Em linhas gerais, Homi Bhabha (2003) aponta as principais implicações que o discurso colonial europeu incutiu sobre os povos colonizados – e que, em certa medida, repercutem até a contemporaneidade. Segundo o autor, sob o olhar dominante, era considerado que as populações americanas, africanas e asiáticas eram formadas, em sua maioria, por tipos degenerados, sexualizados, racializados, ignorantes e inferiorizados. Essa concepção ideológica buscava justificar a “conquista” do povo branco sobre os demais povos, garantindo o estabelecimento de sistemas de administração e instrução das colônias. Nesse processo de

¹⁵ Traçados os cinco domínios em que as ausências se constituem, Santos propõe a adoção de uma “sociologia das emergências”, cujo objetivo “é revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas” (SANTOS, 2002, p. 253).

legitimação, há um silenciamento das classes não-dominantes e, conseqüentemente, ocorre uma invisibilidade cultural, política e social, como indicado por Santos (2002, p. 248): “de acordo com esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque natural”. A partir disso, a busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal, eurocêntrica e ocidental. Isso requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social.

Nesse contexto, abordando o bojo dos estudos pós-coloniais, pode-se tomar o jornalismo como um campo em que se torna possível estabelecer relações contra-hegemônicas, abrindo espaço para os subalternos e para práticas narrativas que superam as normatividades tradicionais. Na medida em que a prática jornalística se apropria de procedimentos semelhantes aos da ciência e aos da arte, ela assume a latência de catalisar mudanças “a partir de dentro” do sistema moderno – tanto no sentido de desconstruir, quanto no de desnaturalizar as diferenças perpetuadas pelo referencial hegemônico e colonial. A partir disso, pode-se relacionar a proposta de Genro Filho na qual o jornalismo deve perceber os fatos sociais desde uma visão histórica, capaz de apreender as contradições e o dinamismo da sociedade, “para situá-los numa conjuntura determinada e sem retirar deles sua marca estrutural” (GENRO FILHO, 2004, p. 166-167). De maneira semelhante, Medina (2008) sugere que a “arte de tecer o presente” faz referência para a múltipla capacidade de produzir significados, resgatando o protagonismo de sujeitos oprimidos, expandindo a contextualização sociocultural e pesquisando raízes históricas dos fatos narrados pelos jornalistas.

A partir daí, esse trabalho desconstrutivo no âmbito do discurso, buscando alternativas que possibilitem desnaturalizar hegemonias, só será possível se forem provocados, de fato, deslocamentos de fala, de linguagem, de estética, de tempo e de espaço.

Apesar disso, Daisy Vogel aponta que “a reflexão crítica sobre os modelos e as técnicas de redação de notícias tem demonstrado, contudo, que eles não podem ser simplesmente considerados óbvios, neutros e, muito menos, definitivos (VOGEL, 2005, p. 124). As construções narrativas do jornalismo, por serem desenvolvidas dentro de rotinas e lógicas de trabalho próprias do campo jornalístico, integram estruturas específicas de percepção e organização do mundo, ou seja, participam ativamente da produção e reprodução de padrões perceptivos e do espectro ideológico de uma época, seus costumes, projetos e propósitos. “Por isso, reforça-se a necessidade de problematizar a naturalização que tende a atravessar as práticas

discursivas do jornalismo informativo, seus pressupostos e efeitos, com um olhar que ponha em questão inclusive o próprio lugar de onde se olha” (Idem, p. 124).

A partir dessa perspectiva, pode-se associar a ideia de que a colonialidade do poder capitalista moderno e ocidental identifica *diferença* com *desigualdade*, bem como detém o privilégio de determinar quem é (ou pertence ao grupo) igual e quem é diferente. Sob esse aspecto, Santos propõe a interpretação dos fatos sociais a partir de uma sociologia das ausências. Esta, segundo o autor, confronta-se com a colonialidade, “procurando uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença e abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais – uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos” (SANTOS, 2002, p. 252). A sociologia das ausências sugere, assim, que seja alterada a ideia de falta da experiência social, transformando-a em *desperdício* das experiências sociais vividas pelos sujeitos subalternos.

Nesse sentido, valendo-se dos mecanismos que a argumentação discursiva opressora adota para ser bem-sucedida no âmbito do jornalismo, esta requer que os mecanismos que regulam sua eficiência permaneçam invisíveis. Tornam-se invisíveis, assim, os sujeitos marginalizados pela percepção hegemônica dos processos sociais. Vogel aponta que, no âmbito do jornalismo, pode-se perceber

como a eficácia da estrutura da notícia, enquanto ato de fala, pode sedimentar e naturalizar, pela própria invisibilidade de seus mecanismos e a “facilidade cognitiva” que se segue, lugares-comuns controversos, no que se refere ao trabalho de elaboração de conhecimento. Pode-se notar, também, que a regra redacional de que a notícia deve excluir, em sua retórica, conceitos que expressam subjetividade, [...] explicita uma estratégia de ocultação do argumento (Vogel, 2005, p. 125).

Tendo isso em vista, denota-se que apenas na medida em que se dominam as técnicas elementares de produção jornalística, mesmo construídas por uma tradição colonizadora, é que se pode propor rupturas, estabelecidas no confronto do ordenamento vigente com propostas de reconhecimento mútuo entre sujeitos “diferentes” – buscando a superação do reconhecimento ao alcançar o âmbito da *coexistência* e da *copresença*. No caso do jornalismo enquanto forma de apreensão da realidade, esse reconhecimento do Outro se dá através do reconhecimento do sujeito-objeto da investigação como ator social capaz de construir conhecimento e visão de mundo próprios. Nesse caso, Daisi Vogel adverte que:

O jornalismo não pode, por esse viés, abrir mão do texto bem escrito, das edições cuidadas e das apurações bem-feitas, qualidades que se colocam como fundamentais para a comunicação. Concomitantemente, a experiência de escrita precisa vir acompanhada pelo exercício de pensar sobre o escrever. Só assim é possível desconfiar das frases, palavras, expressões e soluções que se impõem com excesso de facilidade (Vogel, 2005, p. 129).

Nesse caso, ao buscar aprender a falar ao (em vez de ouvir ou falar em nome do) sujeito historicamente emudecido, Spivak (2010) propõe que o intelectual ou o jornalista engajados com as propostas pós-coloniais sistematicamente "desaprende" o privilégio do local de fala hegemonicamente naturalizado. Essa desaprendizagem sistemática envolve aprender a reformular o discurso estabelecido com ferramentas que não apenas substituem a figura perdida do sujeito colonizado, mas que busquem empoderá-lo oferecendo-lhe mecanismos emancipatórios críticos e engajados. O papel do jornalismo, nesse caso, garante aos sujeitos uma apreensão da realidade social que compõe o amplo espectro de conhecimentos disponíveis para sua formação ontológica humana e social.

A partir desses pressupostos, a próxima área de análise que apresentamos nesta monografia problematiza o campo de posicionamento dos sujeitos subalternizados e dos conhecimentos não-hegemônicos para além do âmbito discursivo, atingindo os da ação e da argumentação políticas frente às opressões.

3.2 Argumentação social e política: a imprensa como ferramenta de emancipação

O discurso racista estereotípico, em seu momento colonial, inscreve uma forma de governamentalidade que se baseia em uma cisão produtiva em sua constituição do saber e exercício do poder. Algumas de suas práticas reconhecem a diferença de raça, cultura e história como sendo elaboradas por saberes estereotípicos, teorias raciais, experiência colonial administrativa e, sobre essa base institucionaliza uma série de ideologias políticas e culturais que são preconceituosas, discriminatórias, vestigiais, arcaicas, "míticas", e, o que é crucial, reconhecidas como tal (BHABHA, 2001, p. 127).

Este trecho da obra *O local da cultura*, de Homi Bhabha, exemplifica, sob uma perspectiva histórica, um dos reflexos das discussões apontadas nos capítulos anteriores desta monografia sobre a questão racial no Brasil. Além do ordenamento ideológico, político e social que subjuga e desvaloriza, muitas vezes, a população negra, deve-se considerar, também, o papel desempenhado pela cultura midiática que contemporaneamente reproduz tais estereótipos. O problema toma outras proporções na medida em que essa perspectiva hegemonicamente enraizada também se estende aos demais campos de produção de diferenças, como as de gênero, sexuais e geracionais.

Apesar disso, ao longo dos anos a prática do jornalismo tem se configurado como uma atividade política, ou como uma ferramenta para a criação de um espaço privilegiado para a atuação pública das vanguardas das classes sociais, visto que, durante o século XX, o jornal passa a assumir o papel de tribuna da cidadania e de instrumento de participação social. Mesmo

assim, este processo de comunicação coletiva denota marcas ideológicas que transparecem com nitidez nos textos, imagens e sons que transmite. Esse traço do jornalismo, a partir da consolidação da sociedade burguesa, vai se esmaecendo na medida em que a própria burguesia, como classe dominante, cria artifícios para descaracterizar o processo de dominação social e instaurar no senso comum a ideia de uma sociedade em que os conflitos de classe não existem. Com isso, ocorre um processo sutil de “desideologização” e de despolitização do jornalismo, que abrem espaço para os conceitos de objetividade, neutralidade e imparcialidade, que, na verdade, são os pilares da própria “ideologia do jornalismo” na sociedade capitalista (MELO, 2006).

Nesse contexto, Meditsch explica que a maneira explícita como o jornalismo refletiu a questão do poder e revelou o seu caráter subjetivo foi que determinou sua utilidade como forma historicamente condicionada de representação da realidade, atendendo às necessidades de uma classe definida. Atualmente, contudo, ocorre “sua substituição por uma racionalidade que oculta os sujeitos e entifica os processos como se eles se fizessem acima dos homens” (MEDITSCH, 1992, p. 41). Apesar disso, Genro Filho ressalta a possibilidade de que:

Através dos modernos meios de comunicação radicaliza-se a possibilidade das transformações na consciência e na cultura. Portanto, aumenta a possibilidade do sujeito coletivo agir diretamente sobre si mesmo, a partir de suas diferenças internas, contradições e potencialidades daí decorrentes (GENRO FILHO, 2012, p. 90).

Uma questão essencial deve ser a ampliação da presença *política* dos sujeitos subalternos nos meios de comunicação, visando a uma ampliação do debate público acerca das desnaturalizações das hegemonias – como condição para que a *qualidade* das informações produzidas pelos jornais, em termos ideológicos e culturais, seja coincidente com determinadas metas históricas definidas coletivamente. Tais metas, colocadas nos termos da *práxis*, “aparecem como finalidades que se constituem internamente ao processo histórico, pela atividade política das classes revolucionárias e dos indivíduos que assumem suas lutas e perspectivas” (GENRO FILHO, 2012, p. 90).

A partir desse ponto de vista, e considerando o conceito elaborado por Canclini (1998), pode-se tomar o jornalismo como uma atividade que permite certo *hibridismo*, ou seja, que possibilita a fusão de relações dialéticas entre os fundamentos técnicos, ideológicos e estéticos historicamente normativos, com propostas de apropriação e de desconstrução desses pressupostos pelos sujeitos subalternizados. Nesse contexto, haveria o reconhecimento da possibilidade libertária e emancipatória de superação das hegemonias contidas na própria história eurocêntrica do jornalismo. Para isso, Santos (2002) sugere que a “sociologia das

ausências” e a “sociologia das emergências”, anteriormente mencionadas, posicionam-se como alternativas “transgressoras” na medida em que rompem com os ideais abissais e que propõem certo inconformismo com os padrões previamente estabelecidos, fazendo emergir possíveis existências e, conseqüentemente, alcançando epistemologias muitas vezes marginalizadas.

Nesse contexto, segundo Meditsch, os jornalistas precisariam reconhecer-se não só como participantes da sociedade em crise, mas principalmente como ocupantes de uma posição específica dentro dela. “Só assim [o jornalista] poderá *compreender* a sociedade, no sentido que Gramsci deu à palavra, e ser capaz de contribuir com uma *práxis* efetiva de transformação em campos de atuação” (MEDITSCH, 1992, p. 51) como, por exemplo, o da imprensa. Tendo isso em vista, pode-se adotar a proposta apresentada por Escosteguy sobre a hibridação cultural, que exemplifica:

[...] a modernidade não está superada, mas vive-se um estilhaçamento do moderno, uma interação crescente entre culto, massivo e popular, diluindo fronteiras entre seus praticantes e os distintos estilos. Uma das principais conseqüências é a reformulação do capital simbólico mediante cruzamentos e intercâmbios. A sociabilidade híbrida que sugerem as cidades contemporâneas nos leva a participar, em forma intermitente, de grupos cultos e populares, tradicionais e modernos. A afirmação do regional ou nacional não tem sentido nem eficácia como condenação geral do exógeno (ESCOSTEGUY, 2010, p. 135).

Sem cair em reducionismos, mas atento às questões imbricadas na relativização das possibilidades que se revelam ao propor a emergência de Outras epistemologias, Santos ressalta que a multiplicação e diversificação das experiências disponíveis e possíveis levantam dois problemas complexos: “o problema da extrema fragmentação ou atomização do real e o problema, derivado do primeiro, da impossibilidade de conferir sentido à transformação social” (SANTOS, 2002, p. 261). Mesmo assim, essa perspectiva mostra-se promissora na medida em que fornece subsídios epistemologicamente diversos que podem garantir mais acesso às comunidades marginalizadas e oprimidas pelos ditames hegemônicos ao campo do jornalismo enquanto *práxis*, teoria e ação política. Santos aponta, assim, que ao admitir certa relatividade cultural, implica-se perceber o universalismo eurocêntrico como *uma* das possibilidades existentes, “cuja supremacia como ideia não reside em si mesma, mas antes na supremacia dos interesses que a sustentam” (SANTOS, 2002, p. 264).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o caráter histórico, indeterminado, indefinido e imensuravelmente inacabado das maneiras com as quais se apreende a realidade, esta monografia buscou apresentar uma perspectiva de análise pós-colonial para o campo epistêmico do jornalismo, entendido como forma social de produção de conhecimento. Ao lidarem com uma multiplicidade de vozes, de modos de vida e com uma pluralidade de saberes que existem (e sempre existiram) no mundo, os jornalistas, de uma forma geral, podem agir como verdadeiros “tradutores” ou “intérpretes” das diversidades disponíveis à compreensão humana.

Mais do que isso, ao jornalismo, em um sentido amplo, cabe a tarefa de desconstruir hegemonias histórica e dialeticamente estabelecidas, conferindo espaços para que sujeitos oprimidos, subalternizados ou marginalizados possam dotar-se de autonomia e liberdade. Mecanismos como esse podem possibilitar, assim, que as lógicas aprisionantes de não-existência e de exclusão social sejam, enfim, superadas.

Com isso, a distância que existe entre a realidade objetiva e a representação dessa realidade pelo jornalista, de acordo com Cremilda Medina (2008, p. 31), “ressignifica o cientificismo positivista do jornalismo tradicional e da autoria técnica dogmatizada nos manuais de redação”, proporcionando matérias jornalísticas que transmitem a experiência complexa e única das realidades pessoais e dos fatos sociais. Para a autora,

[...] ao desejar contar a história social da atualidade, o jornalista cria uma marca mediadora que articula as histórias fragmentadas; ao traçar a poética intimista, que aflora do seu e do inconsciente dos contemporâneos, o artista conta a história dos desejos. Da perspectiva individual, sociocomunicacional ou artística, a produção simbólica oxigena os impasses do caos, da entropia, as desesperanças, e sonha com um cosmos dinâmico, emancipatório (MEDINA, 2003, p. 48).

A partir disso, e reconhecendo a perspectiva pós-colonialista apresentada por esta monografia, questiona-se se seria possível pensar os termos das dicotomias abissais de apreensão da realidade fora das articulações e relações de poder que os unem? Ou seja, como propõe Santos (2002), se seria possível pensar o Sul como se não houvesse Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo como se não houvesse o senhor?

A adoção de um jornalismo sensível e despretenhoso pode configurar, em resposta, uma ferramenta alternativa para “narrar histórias de vida dos protagonistas sociais anônimos, deserdados, ocultados pelos heróis do poder estabelecido” (MEDINA, 2008, p. 31). Para tanto, Ijuim e Urquiza (2009b) sugerem que o profissional jornalista, consciente de sua responsabilidade social, seja capaz de criar, ousar, transformar sua pauta em projeto, lançando

mão de diversas ferramentas para produzir reportagens que sejam capazes de “fazer a diferença, causar movimento, desestruturar, desconstruir” (IJUIM; URQUIZA, 2009b, p. 87). A partir daí, segundo Cremilda Medina,

Tecer os sentidos contemporâneos num amplo contexto democrático, reconstituir as histórias de vida num cenário das diferenças culturais que se assinam nas múltiplas oraturas e cruzar as carências sociais com o gesto generoso dos pesquisadores e dos artesãos de um outro futuro despertam uma sensibilidade altamente complexa e de fina sintonia com o presente. A extensão destes aprendizados torna-se fundamental, não uma extensão arrogante como se a verdade da narrativa da contemporaneidade tivesse sido descoberta, mas uma troca imediata de experiências que enriqueça permanentemente a dialogia entre a pesquisa e a comunidade (MEDINA, 2003, p. 53).

Nesse contexto, a consciência racional, o traquejo especializado e a persistência na ação não são as únicas ferramentas para o trabalho disciplinado. O repórter, nessas circunstâncias, precisa “do silêncio subjetivo, dos sinais dos cinco sentidos e da despoluição da consciência para a escuta da intuição criadora” (MEDINA, 2008, p. 68). Daí advêm gestos solidários que se consomem na interação social. A partir disso, a epistemologia relacional sujeito-sujeito auxilia na desconstrução acima mencionada da operação mental da epistemologia positivista sujeito-objeto.

Tendo em vista o exposto acima, nesta monografia procurou-se estabelecer preliminarmente um diálogo entre os estudos pós-coloniais e o jornalismo. Reconhece-se, contudo, que a abordagem adotada no trabalho ainda merece estudos mais aprofundados, sobretudo a partir da busca por contribuições outras que atentem, por exemplo, aos demais autores que compõem a corrente crítica latino-americana. Além disso, a compreensão da importância que a questão racial assume no contexto social, político e cultural brasileiro, tangencialmente abordado neste trabalho, pode configurar amplo espaço para reflexões futuras.

Para um jornalismo dialógico

Para finalizar esta breve série de elaborações, propõe-se a perspectiva de que o jornalismo, dotado de um caráter emancipatório e libertário, deve ser também *dialógico* e não *bancário*, como propõe Paulo Freire (2005). Ou seja, sob esse ponto de vista o jornalismo deve possibilitar o diálogo sujeito-sujeito, ultrapassando a lógica de transmissor de informações. Tal postura detém condição de existência somente por meio da *práxis* (pensar-agir). Nesse sentido, Jorge Ijuim (orientador desta monografia) sugere:

Esta postura colabora com a reflexão de outros seres humanos – da audiência –, com o alargamento da visão de mundo e a elevação do nível de compreensão, de cumplicidade e solidariedade entre seres humanos. Se este compromisso constituir um propósito e um dever e querer-fazer do jornalista, ele estará contribuindo para estender

ao seu público o exercício ético do qual pratica/participa diuturnamente. Em outros termos, podemos ratificar a argumentação já proposta: o ser que, pela ação e reflexão, contribui com a transformação da sociedade, como a sociedade contribui com a sua transformação (IJUIM, 2009a, p. 39).

Ao propor esse caráter humanizador, retoma-se uma percepção promissora do jornalismo e deixa-se de lado o caráter fatalista, adotado por alguns, que prevê o fim dos jornais. Seria um reducionismo acreditar, assim, que as rupturas trazidas por esta forma de apreensão da realidade possam acabar como se fossem “notícias do jornal de ontem”. Ao chegar à beira do abismo, em que à frente só existem incertezas, o desafio é tomar coragem e pular rumo ao desconhecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAYA, Mario Magallón. *Filosofía y pensamiento crítico latinoamericano de la actualidad. De Raíz Diversa*. Ciudad de México, v. 1, n. 1, p. 41-65, abr/set 2014.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

CASTAÑEDA, Carolina. Pensamentos críticos desde e para a América Latina. **Cadernos IHU**. São Leopoldo, Ano 11, n. 44, p. 9-15, nov. 2013.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”**. In LANDER, Edgardo [org.]. *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Coleção Sur Sur*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In LANDER, Edgardo [org.]. *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Coleção Sur Sur*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os estudos culturais. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 151-170.

_____. **Cartografias dos estudos culturais: Uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. Questões sobre jornalismo e ideologia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 164-167, 2004.

_____. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GOMES, Nilma L. **Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IJUIM, Jorge K. A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 31 - 43, jul./dez. 2009a.

_____.; URQUIZA, Moema Guedes. Autoria e humanização em Neide Duarte. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, ano VI, n. 1, p. 85-97, jan./jun. 2009b.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual**: ensaio sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

LACERDA, Marcos. Um Ocidente ao Ocidente do Ocidente: Algumas reflexões sobre o discurso pós-colonialista e o discurso do tropicalismo. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, v. 28, n. 1, p. 114-130, jan/jun 2013.

LANDER, Edgardo [org.]. **Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Coleção Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LÜCKMAN, Ana Paula. **Contribuições do pensamento complexo para o campo epistêmico do jornalismo**. 2013. 96 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2011.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando os contra os fatos**: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

OLIVEIRA, Eduardo. Epistemologia da Ancestralidade. **Entrelugares**, vol. 1, n. 2, mar/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.entrelugares.ufc.br/phocadownload/eduardo-artigo.pdf>>. Acesso em: 4 Abr. 2015.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado**: o jornalismo como profissão. Lisboa: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>> Acesso em: 4 abr. 2015.

PRYSTHON, Angela. Interseções da teoria crítica contemporânea: estudos culturais, pós-colonialismo e comunicação. **E-compós**, Brasília, ed. 1, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/7/8>>. Acesso em: 19 Jun. 2015.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In LANDER, Edgardo [org.]. Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Coleção Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.227-278.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. A importância da epistemologia na Teoria do Jornalismo: a teoria pragmática do conhecimento e a qualidade da notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 20 - 35, jan./jun. 2011.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993.**

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** n. 63, p. 237-280, out. 2002.

_____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

_____.; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SHOHAT, Ella e STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SILVA, Gislene. Jornalismo e construção de sentido: pequeno inventário. **Estudos em Jornalismo e Mídia,** Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 95-107, 2005.

_____. Sobre a imaterialidade do objeto de estudo do Jornalismo. **E-compós,** Brasília, v. 12, n. 2, maio/ago. 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TOURRAINE, Alain. **Igualdade e diversidade:** o sujeito democrático. Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

VOGEL, Daisi. A escrita da notícia e a ordem do mundo. **Estudos em Jornalismo e Mídia,** Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 123-131, 2005.

